

Clipping n° 924

, 15 Dezembro 2011 - 11:08:40

Medo de desemprego cresce em dezembro, mostra CNI

Brasília O Índice de Medo do Desemprego passou de 78,7 pontos, em setembro, para 81,6, em dezembro, uma alta de 3,7%, informou hoje (13) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A entidade destaca que o índice está próximo do piso histórico, que foi registrado em setembro. Para a CNI, como o resultado foi muito baixo naquele mês, já havia a expectativa de um crescimento agora.

O índice varia em uma escala de 0 a 100. Os dados foram coletados pelo Ibope entre os dias 2 a 5 de dezembro. Foram ouvidas 2.002 pessoas em 141 municípios. A CNI informou ainda que, na comparação com dezembro de 2010, houve uma alta de 2,9%. A parcela de pessoas que disseram estar com muito medo do desemprego subiu de 12,8% em setembro para 19,2% em dezembro. O percentual dos que disseram estar com pouco medo caiu de 30,2% para 23,1% e o dos que responderam não temer o desemprego aumentou de 57% em setembro para 57,7%, informou a CNI.

Como a próxima pesquisa está prevista para ser divulgada em março, a confederação avalia que, diante do cenário econômico mundial adverso, a tendência é que o receio de perder o emprego aumente. Agência Brasil **Sindicalistas estão preocupados com propostas de mudanças na CLT**

Representantes das confederações de trabalhadores e de centrais sindicais criticaram propostas de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, em sua visão, prejudicam os trabalhadores. Eles participaram de reunião, nesta segunda-feira (12), na Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os participantes também discutiram os resultados de debates realizados sobre a CLT em vários estados. O relato desses debates foi feito por Lourenço Ferreira do Prado, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec). As audiências nos estados integram a Campanha em Defesa da CLT, lançada em agosto durante reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH). Segundo Prado, esse é apenas o início da mobilização dos trabalhadores pela manutenção de seus direitos conquistados.

- Nessa caminhada tivemos a oportunidade de andar um pouco pelo país. Vamos continuar percorrendo o país no ano de 2012 - disse.

Durante a reunião desta segunda-feira, os debatedores criticaram o Projeto de Lei 1.463/11, do deputado federal Sílvio Costa (PTB-PE), que institui alterações na CLT, por meio do Código do Trabalho. Para os sindicalistas, o texto que tramita na Câmara acarretará perda de direitos dos trabalhadores.

- A CLT corre perigo muito grave, muito sério mesmo. A grande maioria que o governo tem lá [na Câmara] não vale a pena para as questões trabalhistas e previdenciárias - alertou Lourenço Ferreira do Prado, Presidente da Contec.

Segundo o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Calisto Ramos, além de precarizar ainda mais as condições de trabalho, o projeto representa interferência no movimento sindical.

- O artigo 8º da Constituição é muito claro: é vedada ao estado a interferência na organização sindical brasileira, mas o estado está interferindo. Deixe que nós decidamos sobre nossas questões - disse.

Já o representante do Ministério Público do Trabalho José Lima Ramos Pereira ressaltou que as alterações na CLT devem ser realizadas no sentido de garantir e ampliar os direitos conquistados. Para ele, a atualização da legislação trabalhista é necessária, mas os direitos já consolidados não podem ser flexibilizados.

- É preciso maior discussão na sociedade. O que preocupa hoje é retirar da legislação trabalhista os direitos já consolidados - disse Pereira.

Para Gabriel Faria Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais o Brasil possui hoje um bom arcabouço jurídico relativo aos direitos trabalhistas, mas muitos desses direitos não são efetivados.

- Vivemos numa era de direitos; precisamos trabalhar na era da efetivação desses direitos - afirmou.

Reforma Sindical

A PEC 369/05 foi outra proposta em tramitação na Câmara muito criticada durante a audiência. Enviada ao Congresso Nacional pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a proposta altera os artigos 8º, 11 e 37 da Constituição e institui a contribuição de negociação coletiva, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação coletiva para os servidores da Administração Pública.

Os debatedores concordaram que um período de crise econômica não é o momento propício e que a votação imediata, sem mais debates com os segmentos envolvidos, não é a forma adequada para votação da matéria.

- Não é interessante para ninguém discutir a PEC 369 em um momento de crise financeira. Vamos discutir o fim do fator previdenciário, vamos discutir a reforma política, defendeu José Augusto da Silva, presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Para Sérgio Miranda, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais, com a crise, países da Europa estão impondo aos trabalhadores a redução de seus direitos trabalhistas o que deve servir de alerta ao movimento sindical brasileiro.

- O que ocorre hoje na Europa deve servir de alerta para nós. Está ocorrendo um desmonte da sociedade de bem estar social - alertou.

Os sindicalistas também apresentam uma pauta de reivindicações prioritárias como o fim do fator previdenciário e redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas. Também participaram da audiência Warley Martins, presidente da Cobap, e Sérgio Luis da Costa, presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores de Goiás. (Fonte: Agência Senado)

Carteira de trabalho 'rebaixada' não deve comprometer Seleção

SÃO PAULO Preocupados com a imagem que os recrutadores possam ter em um processo de seleção, muitos profissionais costumam omitir os antigos salários e, não raro, até buscam alternativas para não ter de comprovar a remuneração anterior.

Existem trabalhadores que chegam a tirar outra carteira profissional para não mostrar que já tiveram um salário mais alto ou mesmo que no documento anterior constem variações que possam ser interpretadas como um 'rebaixamento' da carteira, explica a advogada trabalhista e previdenciária do Cenofisco, Rosania de Lima Costa.

Segundo ela, muitos acreditam que as comprovações salariais possam desvalorizar o próprio trabalho, comprometendo inclusive o desempenho durante o processo seletivo.

O lado do recrutador

Mas será que os recrutadores realmente se importam com tais alterações salariais? Na opinião do diretor executivo da Ricardo Xavier Recursos Humanos, Marshal Raffa, a resposta é sim, mas não da forma como o trabalhador idealiza.

De acordo com ele, os profissionais que possuem salários muito superiores ao oferecido por uma empresa costumam ser avaliados com cautela justamente pelo risco que oferecem aos empregadores.

Esses profissionais normalmente aceitam o emprego por estarem disponíveis no mercado, mas, em paralelo, continuam procurando oportunidades com salários mais compatíveis com seu perfil profissional e, por isso, se mostram como um risco ao contratante, explica.

Benefícios em jogo

De qualquer forma, não existe uma regra padrão, afinal, nada impede que um profissional esteja apenas interessado em uma melhor oportunidade profissional, não é mesmo? Se ela oferecer mais benefícios, então, melhor ainda. Por esta razão, nestas situações é comum que o recrutador desenvolva uma outra percepção sobre o candidato.

Quando o colaborador deixa claro que a mudança de carreira dele é motivada por uma razão estratégica, ou seja, que ele está em busca de uma melhor colocação profissional ou mesmo de benefícios, a questão salarial passa a não ser tão importante para o recrutador, detalha Raffa.

Fuja das mentiras

Contudo, é preciso estar atento, pois comerçar com mentiras pode realmente ser a pior maneira de tentar entrar em uma empresa.

Toda mentira sempre é descoberta pelo empregador e isso pega muito mal. O ideal é que o trabalhador sempre fale a verdade e diga que busca uma oportunidade de crescimento, jamais omitindo questões salariais ou sobre a carteira profissional, completa Raffa. **Infomoney Emprego: contratações terão queda em 2012, mas ainda serão positivas**

SÃO PAULO Os empregos deverão continuar estáveis no próximo trimestre de 2012, e isso, mesmo apesar da relativa queda de 5 p.p. observada no período de outubro a dezembro de 2011. Ao menos, esta é a previsão da ManpowerGroup divulgada nesta terça-feira (13).

Segundo a Expectativa Líquida de Emprego, março do próximo ano somará 33% das contratações, com 40% dos empregadores esperando uma leve alta e 7% prevendo uma diminuição no quadro de colaboradores.

Para se ter uma ideia, no trimestre anterior tal resultado foi de 38%, o que demonstra que as contratações ainda estão abaixo do percentual atingido no fim do ano. O mesmo se refere ao percentual atingido em janeiro de 2010. De acordo com o levantamento, em tal período o percentual de contratações foi de 36%.

Serviço em alta

Entre os setores, as perspectivas de contratações são mais fortes nos segmentos de Serviços; e de Transportes e Serviços Públicos, com Expectativas Líquidas de Emprego de +45% e +43%, respectivamente.

A demanda continua forte para atender os planos de infraestrutura, mas as melhores oportunidades no Brasil, atualmente, estão no setor de Serviços, particularmente em áreas como Turismo e Logística, explica o CEO da Manpower Brasil, Riccardo Barberis.

Segundo ele, o setor de serviços foi quem liderou a criação de empregos formais em 2010 e quem manteve as perspectivas de contratações altas e estáveis em 2011. Ainda assim, esperamos que a retenção de talento chave continue a ser um desafio em 2012, especialmente no nível gerencial. Muitos empregadores têm nos relatado a dificuldade em encontrar gestores com verdadeiras qualidades de liderança, diz.

Outras áreas

Lembrando ainda que os planos de contratações se mantêm robustos em outras áreas, como no setor do Comércio, em que os empregadores apontam uma expectativa de +37% e no da Construção (36%).

Já na Agricultura, Pesca e Mineração; no setor de Finanças, Seguro e Imobiliário; e de Administração Pública e Educação, as perspectivas também se mostram estáveis, representando 30% das contratações.

Rio e SP

Por região, os empregadores também revelam expectativas positivas nas cinco regiões avaliadas. De acordo com o estudo, os planos de contratações mais otimistas para o primeiro trimestre de 2012 foram registrados no estado do Rio de Janeiro, com uma próspera Expectativa Líquida de Emprego de +44% e na Cidade de São Paulo, onde o mesmo atingiu 34%.

No Rio de Janeiro, a perspectiva é 6 p.p. maior que a registrada para o primeiro trimestre de 2011 e 5 p.p. maior que a registrada para o 4º trimestre de 2011, detalha o levantamento.

Outros que também se destacaram foram os Estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo, que tiveram perspectivas de crescimento no quadro de funcionários de +31%, 30% e 27%, respectivamente. Ainda que o Governo Federal reduza a

expectativa de criação de empregos e a estimativa do PIB [Produto Interno Bruto], há um enorme potencial no mercado de trabalho brasileiro , afirma Barberis.

Para ele, as intenções de contratações no Brasil são as mais otimistas das Américas e empregadores estão confiantes na capacidade de contratar no primeiro trimestre de 2012, especialmente no Rio de Janeiro por conta da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Infomoney **Jorge Caetano Fermino**